

ESPECIAL

Jornal

adunicamp

ANO II - Nº 5 - SETEMBRO/82

O Simpósio Continua

**Nova fase,
Novas questões**



Foto: Correio Popular
Augusto de Paiva



Os detalhes da abertura
do simpósio na Pág. 3

Temos uma nova coluna:
Universidade e democracia
na Pág. 8

A análise preliminar das
teses está na Pág. 4.

Documento da representação docente

Magnífico Reitor, nobres conselheiros

Temos a honra de hoje estarmos aqui nesse Conselho como representantes dos docentes dessa Universidade.

Parte significativa da representação docente foi eleita graças à sua declarada e explícita vinculação com nossa Associação de Docentes, a ADUNICAMP. A discussão dos nomes de candidatos mais prováveis para as diferentes posições, os debates sobre a programação de prioridades a serem trazidas a esse Conselho, bem como a formação de uma chapa de candidatos a representantes, que concorreu e venceu as eleições, nasceram e floresceram no âmbito da ADUNICAMP.

Por tudo isso, não nos consideramos eleitos como representantes docentes independentes, mas sim vinculados a um compromisso de trazer aqui, nesse Conselho Diretor, propostas e posicionamentos que representem o mais fielmente possível os anseios e desejos dos professores dessa Universidade. E, para tanto, assumimos, publicamente, o compromisso de debater com a comunidade docente os problemas mais significativos da UNICAMP, elegendo como foro para esses debates a ADUNICAMP que é o canal legítimo de expressão dos docentes dessa Universidade.

O compromisso maior, que norteou a nossa nucleação numa chapa, foi com a efetiva democratização da Universidade, para que seja possível a preservação de seus valores: fundamentais e perenes, que devem estar por sobre os interesses menores e eventuais de facções políticas, grupais ou pessoais. Alguns pontos básicos de ação, que caracterizam esse compromisso, e em torno dos quais nos comprometemos nos posicionar de maneira unida e coerente, são os seguintes:

- Reforma dos Estatutos e do Regimento Geral da UNICAMP;
- Processo de Institucionalização

vinculados às aspirações dos docentes;

- Ampliação da representação docente nesse Conselho Diretor;
- Ampliação da representação de todas as categorias (docentes, discentes e funcionários) nos órgãos colegiados;
- Descentralização dos órgãos de decisão acadêmico e administrativa da Universidade;
- Eleições diretas para todos os órgãos de direção;
- Respeito às condições de gestão, já empreendidas;
- Definição do regime de trabalho docente de acordo com as aspirações da comunidade;
- Discussão prévia com os docentes das pautas das reuniões do Conselho Diretor; divulgação e debate dessas reuniões.

Os professores vêm com entusiasmo a atitude dinâmica da reitoria para levar a cabo mudanças significativas na Universidade, mas reivindicam, com muita ênfase, sua efetiva participação nesse processo de transformação. Para que essa participação seja possível, e para que nossa representação possa trazer contribuições que reflitam os anseios da comunidade, é necessário que tenhamos acesso, com a maior antecedência possível, aos projetos e propostas emandas da administração.

Finalmente, queremos enfatizar que a votação maciça que tivemos como candidatos e que levou à nossa escolha como representantes da quase totalidade das categorias docentes e de Unidades Universitárias de Campinas, nos dá a certeza inequívoca da legitimidade para podermos atuar nesse Conselho Diretor.

Campinas, 29 de julho de 1982

José Carlos Valladão de Mattos

Representante MS-5/4

Paulo Morelato França

Representante MS-3/2.

Itala Maria Loffredo D'Ottaviano

Representante dos Institutos

Ana Canesqui

Representante das Faculdades.

ANDES Notícias da Vice-Regional São Paulo

Moção sobre eleições

As eleições de novembro de 1982 representam no cenário político nacional um processo de maior importância, exigindo a ativa participação de todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e democrática.

Os professores universitários, entendendo a importância e a gravidade deste momento político não podem deixar de se manifestar.

Apesar de importância desse evento eleitoral na conjuntura política do país, o autoritarismo e a arbitrariedade continuam presentes no cotidiano, impedindo a expressão de manifestação livre da vontade popular.

A Lei Falcão coíbe a livre propaganda eleitoral dos partidos políticos; o voto vinculado prejudica a livre escolha dos candidatos; a cédula eleitoral eliminando a referência partidária, propicia a manipulação e a confusão dos eleitores; a livre organização partidária encontra obstáculos numa legislação arbitrária; a censura e a lei de imprensa servem para calar as reivindicações democráticas; a Lei de Greve continua oprimindo os trabalhadores; a Lei dos Estrangeiros intranquiliza grande parte da população.

A própria Constituição proíbe aos

cidadãos o seu direito fundamental de elegerem diretamente o Presidente da República.

As AD's reunidas em Vitória no VI CONAD em 17, 18 e 19 de setembro, manifestam-se pelo repúdio a toda arbitrariedade e a toda legislação autoritária que impele a livre manifestação e organização de todos os setores da população, necessário para o efetivo caminho democrático que constitui a mais legítima aspiração dos brasileiros.

É importante que o exercício de voto do professor também se oriente pelo compromisso dos candidatos com as reivindicações próprias do movimento.

Pelo fim da Lei Falcão

Pelo fim do voto vinculado

Pelo fim da atual cédula eleitoral

Pelo fim da censura em todos os níveis

Pelo fim da legislação anti-greve

Pelo fim da Lei Imprensa e da

Lei de Segurança Nacional

Pela livre organização Partidária

Por eleições diretas em todos os níveis

Pela eleição livre e direta do Presidente da República

Pelo fim da lei dos estrangeiros.

Editorial

Debatendo a UNICAMP

O Simpósio sobre Institucionalização e Democracia na UNICAMP era do ponto de vista da ADUNICAMP, a forma democrática e correta de expressão da categoria docente neste reinício do debate sobre a institucionalização da Universidade.

A UNICAMP, ao longo de sua existência, veio produzindo empiricamente um projeto de convivência entre seus segmentos. E o construiu mesmo durante o largo período de arbítrio ainda não eradicado. Por isso, a experiência de cada instituto e/ou faculdade tinha de ser resgatada para que o debate fosse amplo e rico. Por sugestão da ADUNICAMP, a estrutura dos grupos formados no Simpósio resguarda essa experiência ao reunir aleatoriamente docentes das diversas unidades.

Acreditamos que o Simpósio correspondeu a uma necessidade sentida pelos docentes e por isso mesmo a abertura dos debates atraiu mais de 400 professores. A presença de entidades como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), a Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCAR), além da SBPC e FAPESP deram a dimensão da importância do debate. Também estiveram conosco a Associação dos Servidores da UNICAMP (ASSUC) o DCE e a Reitoria.

Reconhecendo a oportunidade e a importância dos debates, nossos companheiros professores discutiram durante dois dias os temas básicos da estrutura administrativa e da carreira docente. Nunca antes esse debate atingiu tanta gente. E ficou claro que os professores identificaram-se ainda mais com a sua Entidade, que segue assim crescendo.

Do pronunciamento da Reitoria

ficou absolutamente claro que a UNICAMP deve dar o exemplo nacional de incorporar na reforma dos seus Estatutos toda a experiência democrática vivida até hoje. Incorporar a prática social ao invés de perder-se em formalismos jurídicos, tese sustentada pela ADUNICAMP desde sua fundação. A Reitoria concordou também com a nossa reivindicação de que ela expresse sua visão completa de como entende a universidade. Assim, não mais teria o conjunto de professores que responder a uma ou outra proposta da Reitoria, desconhecendo a sua estratégia geral. E também ficou firmado o compromisso de que o debate continuaria. Os resultados iniciais do seminário são basicamente o texto deste jornal.

A Plenária final, ao encaminhar a continuidade dos debates e diante da imensa quantidade de questões, acatou uma proposta de nossa Diretoria no sentido de continuar os debates nas Unidades e voltar a uma Plenária dos Docentes da UNICAMP.

Embora tenha sido aprovada por unanimidade dos presentes, essa proposta deixou no ar uma certa frustração. Parecia que não se tinha concluído nada.

Esta Diretoria, todavia, repensando a Plenária julga ter cometido erro de encaminhamento. Enquanto não era errado atribuir a continuidade do debate para as unidades. O erro foi seguramente o do momento em que a proposta foi apresentada. Deveríamos todos ter trabalhado um pouco mais as questões. Deveríamos ter formulado certos princípios gerais para sistematizar nossa deliberação.

Essa frustração não deve contudo impedir a visão de que era necessário ainda um passo. Era preciso que as Unidades após receberem o impacto da diversidade de situações vividas hoje na UNICAMP, pudessem refletir sobre sua própria experiência.

A QUESTÃO SALARIAL

As diretorias das AD's paulistas já discutem há certo tempo o processo de encaminhamento da Campanha Salarial deste ano. As informações sobre este encaminhamento deverão proximamente serem encaminhadas à categoria para discussão. Neste sentido a Plenária final do Simpósio "Institucionalização e Democracia na UNICAMP", promovido pela ADUNICAMP, aprovou uma proposta de exigência de um reajuste dos salários do funcionalismo (a partir de 01/09), em manifesto público a ser divulgado, devendo-se encaminhar tal reivindicação inclusive à Assembléia Legislativa, através dos Parlamentares da oposição. A Diretoria da ADUNICAMP já se organiza no sentido de efetivar a proposta.

EXPEDIENTE

Jornal da Adunicamp
Órgão Oficial da Associação dos
Docentes da Universidade de Campinas
Cidade Universitária - Tel: 39-1148
Caixa Postal 6.158 - Campinas - SP

Comissão de Imprensa:

Eiezer Rizzo de Oliveira; Edmundo Fernandes Dias;
Antonio Carlos Bauwart; Oseas Avilez Filho; Renato
Atílio Jorge; Raul Vinhas Ribeiro.

Jornalista Responsável:

Reiton Fracalossi (Registro nº 13.069)

Editoria:

Maria Cibele Vieira

Diagramação:

Gilberto Gonçalves

Composição, Fotolito e Impressão:

CLASS - Serviços Editoriais, Publicidade e Gráfica Ltda. Fone: 2-0615.

A abertura do Simpósio...

Eliezer R. Oliveira

Presidente da Adunicamp

Companheiros, na abertura deste Simpósio dedicado ao estudo da institucionalização e da democracia na UNICAMP, em nome da Diretoria da ADUNICAMP tenho o prazer de saudar-lhes, a vocês, docentes, que aqui estão para participar de nossos trabalhos, aos nossos convidados que nos emprestaram apoio ou solidariedade. Aos companheiros da ASSUC, do DCE, ao nosso colega Prof. Pavan, que reúne a condição pouco comum de Diretor de uma de nossas Unidades e Presidente de duas entidades tão representativas quanto a FAPESP e a SBPC, aos nossos companheiros da Associação de Docentes e da ANDES, ao Reitor da Unicamp, Professor José Aristodemio Pinotti, que tomou a iniciativa de realizar a consulta, cuja resposta a ADUNICAMP e o conjunto de professores neste Simpósio; apresentamos a todos a saudação da ADUNICAMP.

Não são necessárias muitas palavras para propor resumidamente as questões sobre as quais o Simpósio deverá pronunciar-se. A questão inicial é sobre o âmbito da consulta da Reitoria aos docentes. Desde o instante em que tal consulta tornou-se pública, a ADUNICAMP procurou definir a sua própria via associativa que, convergindo com o caminho administrativo da consulta, proporcionasse à nossa categoria docente a oportunidade de expressar-se enquanto tal, vencidos os limites próprios de nossa vida profissional nos Departamentos. Por outro lado, orientamos os docentes a tomar o documento da Reitoria como um ponto de partida, jamais como ponto de chegada. Isto é, afirmamos que não se tratava de um questionário fechado, mas que deveríamos examiná-lo como um conjunto formado por algumas das várias questões importantes sobre a institucionalização e a reforma dos Estatutos. Caberia a nós, docentes, abrir o leque das novas questões. A Diretoria da ADUNICAMP disse finalmente que cuidaríamos de dar conta de nossa responsabilidade política para com os docentes, sem que isso significasse a nossa eventual concordância com a não inclusão de alunos e funcionários no processo da consulta. Ao contrário, alertamos o Presidente da ASSUC e o Coordenador do DCE para este fato, abrindo-lhes as páginas do nosso jornal. Afirmamos naquela ocasião, e reafirmamos hoje, depois de o ter manifestado ao Reitor, que os destinos da UNICAMP devem ser definidos por todos os estratos que a constituem: alunos, funcionários e professores.

O número especial do JORNAL DA ADUNICAMP refletiu o primeiro esforço no sentido de alargar o conjunto das questões. Tomando nosso Jornal e o Documento da Reitoria, um bom número de Departamentos teve oportunidades de analisar as duas questões que centralizam, neste momento, os debates sobre a Institucionalização e a Democracia na UNICAMP: a composição dos Colegiados que vão dos Departamentos ao nível da UNICAMP, e os direitos políticos da carreira docente. Nossa Apostila sobre as Teses do Simpósio sugeriu uma metodologia, da qual destaque aqui a parte relativa à carreira docente. Todos sabemos que o regime jurídico (regime estatutário, CLT ou híbrido) é inerente à concepção de uma carreira docente. Em qualquer regime, porém, a carreira comporta direitos outros que a estabilidade que todos almejamos, e que é essencial à pesquisa e à docência exercidas com criatividade, fundadas na crítica permanente da sociedade na qual construímos nossa Universidade. Em razão sobretudo dos limites de tempo para a realização deste Simpósio, mas também levando em conta os fatores políticos-eleitorais da conjuntura nacional e paulista, a metodologia adotada na Apostila das Teses sugere que nos detenhamos neste momento principalmente na definição dos direitos inerentes à nossa carreira, inclusive a estabilidade, deixando para um momento (o mais breve possível) o estudo e a opção pelo regime de trabalho.

As Teses assim apresentadas não devem ser tomadas senão como roteiro de debate. A partir delas, o Simpósio deverá definir, com a maior clareza possível, quais as questões que devemos encaminhar agora e quais as que poderemos apresentar a médio prazo. Certamente teremos maior força de pressão, ao nível da UNICAMP e do Estado, quanto maior for a clareza e a precisão das decisões do Simpósio a respeito dos nossos objetivos e de nossa estratégia.

Deste Simpósio resultará a manifestação da vontade dos docentes da UNICAMP enquanto categoria profissional, sem embargo da fase seguinte da consulta, quando os Departamentos poderão analisar também o resultado do Simpósio antes de encaminhar suas opiniões à Reitoria.

Tais são resumidamente as linhas centrais do proces-

so que nos conduziu as este Simpósio. Nesta oportunidade, gostaríamos de apresentar duas indagações ao Professor Pinotti, as quais poderiam igualmente motivar a reflexão de todos nós durante o Simpósio, e também depois dele:

(1º) qual é o projeto global da Reitoria no tocante à reforma dos Estatutos e à institucionalização? O Professor Pinotti deseja certamente conhecer o pensamento dos professores, através dos Departamentos e Unidades. De nossa parte, almejamos que o Professor Pinotti dê a conhecer a sua perspectiva global para a UNICAMP, como pretende escalar as reformas, enfim, como encara as negociações com o Governo do Estado que fatalmente se darão? Como pretende ser o portador da vontade da UNICAMP num nível de relações políticas onde a autonomia universitária, tem sido, muito frequentemente, quase nada mais do que tinta no papel.

(2º) como o Reitor pretende avaliar o pronunciamento dos Departamentos? A este respeito, a Diretoria da ADUNICAMP apresenta-lhe neste momento três reivindicações: primeiro, que os princípios que orientarão tal avaliação sejam tornados públicos; segundo, que seja reconhecido à ADUNICAMP o direito de participar da avaliação das respostas dos Departamentos, do mesmo modo que lhe foi assegurado pela Reitoria a presença nas Comissões de Transporte, de Restaurante, de Creche, etc; terceiro: que os resultados globais dos Departamentos, depois de avaliados ao nível da Reitoria, sejam imediatamente divulgados a todos os professores.

Feitas estas indagações ao nosso Reitor, cabe um esclarecimento final a nós todos, participantes deste Simpósio. Um esclarecimento motivado pela pergunta: que Universidade almejamos? A verdade é que esta questão de fundo terá neste Simpósio um espaço insuficiente, ao menos do ponto de vista da reflexão tão necessária sobre a natureza e papel da Universidade no Brasil de nossos dias. O amplo movimento democrático de nosso país anseia por uma universidade nova cuja constituição é projetada pela ANDES, já com o apoio da SPBC, ABI e OAB. Trata-se de uma universidade fundada sobre o propósito de construção de estruturas democráticas de participação e sobre o ensino público e gratuito. Repetindo um preceito constitucional, a ANDES adotou o lema: "Ensino público e gratuito: direito de todos, dever do Estado".

Finalmente, em nome da Diretoria da ADUNICAMP, agradecemos a todos que colaboram para a realização deste Simpósio, desde nossos próprios funcionários na ADUNICAMP, até o Reitor que tomou medidas visando facilitar a presença do maior número de docentes entre nós, passando pelos Diretores que, procurados pela ADUNICAMP, concordaram em fornecer parte substancial da infra-estrutura dos nossos trabalhos.

Desejamos um bom Simpósio para nós todos. Muito obrigado.

José A. Pinotti

Reitor da Unicamp

"(...) Eu começaria pela segunda pergunta. Lógico que não há nenhuma intenção de dar ampla divulgação a esses documentos. Como nós pretendemos dar continuidade a esta discussão? Seguramente o seu órgão final será o Conselho Diretor. Acho que com isso eu esclareço sua pergunta. A primeira pergunta é extremamente ampla. O que você pergunta é como a reitoria pretende dar continuidade ao processo de institucionalização e como a Reitoria pretende administrar a universidade. A maneira que eu vejo de responder a esta pergunta, de uma maneira muito sintética: da mesma forma como nós estamos fazendo até agora, não se pretende mudar de rumo. Especificamente quanto ao processo de institucionalização (...) a palavra que engloba tal quantidade de conceitos, que a discussão em cima deles acaba sempre ficando confusa. (...)

Eu tenho a impressão de que o que se deve fazer é dar continuidade a este processo, criando um contínuo de revisão de estrutura da universidade, e que a sua institucionalização não signifique de forma alguma uma camisa de força da universidade (...) mas sim um instrumento de utilização da universidade, para que ela possa cumprir, cada vez mais e melhor os seus compromissos sociais. Em relação à segunda parte desta pergunta, que diz respeito um pouco ao tipo de atitude que a universidade pretende tomar no sentido de continuar dirigindo a universidade, talvez não baste dizer; é continuar fazendo o que nós estamos fazendo; de certa forma, tentar dar continuidade a soluções nos diversos campos. Na realidade, quando se assumiu a universidade, verificou-se que existiam problemas por todos os lados:

problemas políticos, problemas administrativos, e problemas da própria vivência existencial da universidade, ou seja, o que a universidade está fazendo para que ela serve, e que ela deve fazer.

O que foi tentado, foi começar a dar soluções a todos esses problemas ao mesmo tempo, ou seja, sem seguir alguns conselhos que nos foram dados: a primeira coisa é resolver os problemas políticos da universidade, há necessidade de, em primeiro lugar pacificar a universidade depois nós vamos ver os problemas administrativos, os problemas existenciais da universidade, etc.

E tenho a sensação, de que com a ajuda de toda a comunidade universitária, nós estamos caminhando relativamente bem. Tenho a sensação de que existe um certo ambiente de paz na universidade. Não aquela paz inerte, que seria a própria negação da vida da universidade, mas uma paz ativa, uma paz ágil, uma paz fiscalizada, uma paz dividida, discutida, vivida a cada instante, renovada (...)

(...) Eu sei, por exemplo, que existe uma indagação de todos: "o que vai acontecer com os processos que estão por aí? "O meu propósito, é que estes processos terminem. Eu tenho certeza que nós vamos chegar a curto ou médio prazo, a um final silencioso daquele processo que abalou a vida da universidade. O reinício, ou o início da discussão de alguns pontos que definam a estrutura e a institucionalização da universidade parece-nos uma outra maneira adequada de encaminhar o processo político dentro da universidade. É lógico que, em cada uma dessas coisas, a reitoria tem a obrigação de verificar se elas estão indo no direcionamento adequado, exatamente para nós não ficarmos enquistados dentro da universidade, pensando para dentro. Esse é um papel de cada um de nós. Mas é também um dever da direção da universidade.

No terreno administrativo, estamos tentando dar solução aos problemas assumindo riscos importantes, contrariando alguns aspectos legais formais, mas tomando alguns cuidados para que o processo seja legítimo, mesmo que não seja legal. Nós realizamos um número grande de contratações de docentes. Os problemas funcionais dos funcionários tiveram um enfoque talvez não antes realizado na vida da universidade. Foram feitos mais de mil concursos, para transposição interna, o que significa promoção, salário maior, verba maior para a universidade. E nós temos que ir atrás dela

"A institucionalização não deve significar uma camisa de força para a Universidade"

(...) Foram feitas inúmeras promoções de funcionários, foram resolvidos problemas de pagamento de risco de vida, uma série de problemas deste tipo na ordem administrativa, de acordo com as determinações e as discussões dos diretores das respectivas unidades. Houve uma preocupação enorme para conseguir verbas para a sobrevivência da universidade. O orçamento da universidade desse ano significa 50% do orçamento de 4 anos atrás. Isso, de certa forma, ocorre na maioria das universidades do Brasil. E decorre, a meu ver, de uma distorção na visão do processo de desenvolvimento de nossos dirigentes. Um país pobre tem que entender o desenvolvimento como combate à pobreza e suas consequências, privilegiando saúde, educação, agricultura e não saneamento econômico, milagres econômicos, construção de grandes obras públicas. A falta de verbas para as universidades é um sintoma desta distorção.

(...) Mas eu devo dizer que houve interesse do governo em nos auxiliar. Já estamos com a quase liberação da verba para o HC, são 10 milhões de dólares. Nós conseguimos a liberação de um processo que estava no Senado há vários anos, que permitiria ao FAS - Fundo de Assistência Social - liberar uma quantia de 774 milhões de cruzeiros. Conseguimos autorização para o Banco Central de nos pagarem ORTNs, o que dobra este valor e com isso temos a certeza de que num espaço médio de tempo, talvez 2 anos ou um pouco mais, nós teremos o HC funcionando.

(...) Foi conseguido uma verba de suplementação para pessoal (...) conseguimos uma verba de 3 bilhões de cruzeiros que nos garante uma tranquilidade em relação a todos esses fatores até o final do ano. (...) Há um total de aproximadamente 7 bilhões de suplementação para um orçamento de 6 bilhões de cruzeiros. Nós temos condições de sobrevivência. É verdade que não se conseguiu nenhum dinheiro de capital, que é coisa pela qual ainda vamos tentar brigar, se bem que as perspectivas para isso são as piores possíveis.

(...) Eu particularmente entendo, assim como um

grande número de professores, que é fundamental que a universidade passe a se integrar cada vez mais e melhor com a comunidade, a fim de que seus frutos sejam usados numa época tão difícil como esta que estamos passando, de uma forma adequada e quase imediata pela comunidade. Daí então, uma série de outras medidas que visam a integração da universidade com a comunidade. Refiro-me aos núcleos interdisciplinares que foram implantados ou que estão sendo implantados. Usando a interdisciplinaridade elas tem o objetivo de enfocar problemas conjunturais do desenvolvimento, aumentar a agilidade da universidade para participar do processo de desenvolvimento do país.

"Eu gostaria de ouvir a opinião da comunidade"

(...) O projeto Pró-Assistência inspirado e trabalhado dentro da universidade durante 15 anos, floresce agora como uma contribuição da universidade à comunidade de saúde do país. Dirigido pelo Prof. Nelson Rodrigues dos Santos, visa a integração das instituições de saúde da região com o hospital das clínicas, buscando otimizar recursos com estas áreas, para que a saúde chegue ao povo de uma forma direta e simples, (...). Esses são alguns exemplos das linhas gerais de atuação que a reitoria pretende continuar dando à universidade. Para isso, como prof. Pavan colocou, nós precisamos da colaboração de todos é óbvio que sem a colaboração de todos, isso é totalmente impossível de ser feito. É preciso reconhecer que a UNICAMP é uma universidade especial. Não nos colocamos numa posição elitista de que a Unicamp é a melhor universidade, talvez até seja, cá entre nós (risos), mas pelo menos reconhecemos que é uma universidade especial que foi implantada numa forma especial e devemos tratá-la com carinho, de uma forma especial. Penso que eu respondi a sua pergunta".

ELIEZER - "(...) Agradeço-lhe a disposição de responder às nossas indagações. A sua intervenção nos deixa face à alternativa de continuar esta conversa, que corresponde ao anseio nosso e a um anseio seu ou de levar a frente aquilo que está programado. Então nós vamos dar uma de "mineiro" aqui, de tentar um meio termo. Eu espero contar com o apoio de vocês para uma proposta que vou fazer o reitor. Se o prof. Pinotti se sentir inspirado para fazer esses comentários a partir de 2 perguntas, imaginem todas as perguntas que temos enquanto categoria, enquanto associação, o que não vão inspirar (risos). Devo dizer a vocês, desde que o prof. Pinotti tomou posse, e desde que a diretoria da Adunicamp passou a ter audiências relíquias com ele, nós lhe apresentamos um convite para debater as perspectivas da Unicamp com os professores. Ele afirmou que, quando pensasse haver chegado o momento, ele concordaria. Ele esteve aqui conosco, prestigiou a abertura de nossos trabalhos e, no meu modo de ver, o momento chegou. Eu sugiro então que a gente marque, num momento que parecer de comum acordo, um debate sobre as perspectivas da UNICAMP, quando nós teremos a ocasião de desenvolver aquilo que foi levantado por você e por nós aqui". PINOTTI: "Eu

"Tenho a sensação de que há um certo ambiente de paz na Universidade"

tenho muito prazer em discutir e continuar aqui, entretendo, e isso pode parecer bastante paradoxal, quem está perguntando é o Reitor. Eu gostaria de ouvir a opinião da comunidade. É óbvio que se nós perguntamos, é porque queremos saber qual é a opinião da comunidade da forma mais democrática e mais livre possível. Por isso nós fizemos chegar a cada um dos docentes da universidade aquele questionário, o qual, repito, não deve ser interpretado de forma nenhuma como uma necessidade de responder às questões como elas estão formuladas. Deve-se ir além, a outros problemas que tenham correlação com estas questões. A intenção de restringir é simplesmente uma intenção de encontrar profundidade na discussão. (...) Eu vim aqui especificamente, para dizer do interesse que a direção da universidade tem no conhecimento da opinião dos docentes, em relação a estes problemas sem nenhum prejuízo da opinião dos alunos e dos funcionários" ELIEZER: "O corpo docente está no processo de formação de sua opinião a cerca destes problemas. Isto não implica que nós não possamos apresentar também nossas questões, para que você manifeste, como fez hoje, o seu ponto de vista e a sua perspectiva. Eu pergunto então, bem claramente, se nós teremos a possibilidade de retornar esta conversa publicamente com você?"

PINOTTI: "Sem dúvida nenhuma discutindo-se a oportunidade do momento".

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

TEMA 1: ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA UNICAMP

A relação entre **Estatutos da UNICAMP e Regimentos das Unidades** (ou seja, a relação entre a estrutura global da UNICAMP e as experiências de organização da vida política e administrativa das Faculdades e Institutos) pode ser formulada através das seguintes teses, no tocante à composição das Congregações e Conselhos Departamentais.

Tese 1:
os Estatutos definem a estrutura global da UNICAMP, prevendo (ou melhor, determinando) a composição dos órgãos colegiados das Unidades.

A Tese 1 apresenta 2 alternativas:

A - a determinação expressa nos atuais Estatutos para as Congregações (Art. 76), Conselho de Departamento (Art. 87) e Disposições Transitórias (Art. 174 e 175).

B - "todos os professores Titulares mais quatro representantes de cada categoria acima de Doutor, mais um representante dos mestres" (Documento da Reitoria, **Alternativa 1** - pg. 3).

(Ver artigos 87, 76, 77, 174 e 175 dos Estatutos).

Tese 2:

os Estatutos definem as grandes linhas dos objetivos e da estrutura da UNICAMP, cabendo às Unidades a constituição (com total liberdade) das Congregações e Conselhos de Departamento, o que se expressaria em seus Regimentos Internos.

Tese 3:

aos Estatutos cabe definir uma **estrutura nuclear básica** aplicável a todas as Congregações e Conselhos de Departamento, devendo as Unidades - a partir dessa estrutura mínima - organizar tais colegiados conforme as suas necessidades.

Exemplo: Ante-projeto da ADUNICAMP (representação igualitária por nível de carreira).

5.1.2. - Congregação: presidida pelo Diretor, tem a seguinte composição nuclear mínima:

- Diretor Associado
- Chefes de Departamentos
- Coordenadores de Graduação e Pós-graduação
- representação docente
- representação discente
- representação de funcionários.

Tese 4:

algumas propostas de composição de Congregações não deixam claro se se tratam de teses vinculadas apenas às Unidades onde surgiram, ou se configuram proposições gerais para a UNICAMP.

A Tese 4 apresenta 3 alternativas:

A - a Congregação comporta uma representação docente igual a 20% do total dos docentes da Unidade. Cada nível de carreira se faz representar por um número de docentes correspondente a 1/5 de seu efetivo (Proposta do IQ).

Exemplo Teórico:

número de docentes composição da representação docente na Congregação

MS 6 - 10	2
MS 5 - 15	3
MS 4 - 15	3
MS 3 - 40	8
MS 2 - 20	4

Total - 100 20

B - a representação docente na Congregação é eleita por chapa, ou pela ordem de votação obtida pelos candidatos, os quais não se vinculam aos níveis de carreira (em estudo do Departamento de Ciências Sociais do IFCH).

C - a representação docente nas Congregações é formada por dois tipos de professores, eleitos por seus pares: **doutores e não doutores**. (Em estudo na FEC).

OBSERVAÇÃO: as Teses 1A (atuais Estatutos), 1B (Documento da Reitoria) e 3 (ADUNICAMP) provêm também o restante da composição das Congregações: (a) setor administrativo (Diretor, etc.), (b) representação discente, (c) representação de funcionários.

INSTALAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES

os Estatutos (Art. 175) rezam que o Conselho Universitário será constituído a partir do momento em que 5 Unidades compuserem regimentalmente suas Congregações.

Tese 5:

as Congregações instalam-se à medida em que as Unidades cumprem as disposições regimentais (instalação não-simultânea).

OBSERVAÇÃO: prevê-se as seguintes situações e a consequência da instalação não-simultânea das Congregações:

(a) haverá Unidades com 2 representantes no Conselho Universitário: o Diretor da Unidade e 1 representante da Congregação. (Ver artigo 43 dos Estatutos).

(b) as cinco primeiras Unidades disporão de 10 votos no Conselho Universitário. Os demais votos previstos são os seguintes: 10 das Unidades sem Congregação, 4 da Administração Central, 6 da representação docente, 6 (no máximo) da representação discente, 1 dos funcionários, 7 da representação externa à UNICAMP.

(c) em suma, dado que a constituição e instalação das Congregações depende também do preenchimento de

1/3 das vagas (previstas no Quadro) para os Professores Titulares da Unidade em questão, tem-se certamente que:

- o Quadro terá sido aprovado e colocado em vigor,
- os concursos terão sido realizados, ao menos para o preenchimento das vagas de Professores Titulares, muito provavelmente de forma apressada e competitiva entre os aspirantes à titulação e entre as Unidades.

- haverá uma clara predominância das Unidades institucionalizadas sobre as não-institucionalizadas.

Tese 6:

As Congregações instalam-se simultaneamente.

OBSERVAÇÃO: a instalação simultânea tem a virtude de eliminar a competição acima referida entre as Unidades, além de manter uma representação igual (2 votos) das Unidades no Conselho Universitário.

Tese 7:

Reforma preliminar dos Estatutos (proposta de ADUNICAMP).

OBSERVAÇÃO: uma reforma relativamente simples poderá determinar uma situação diversa das duas anteriores. Tal reforma estabelecerá que as Unidades, dotadas de Congregação ou não, teriam dois votos (o do seu Diretor e do representante da Congregação ou do Colegiado que lhe fizesse as vezes) no Conselho Universitário. Outra reforma possível seria atribuir 3 votos a todas as Unidades: 1 pela sua Direção, 1 pela Congregação ou Colegiado, 1 pela representação de seu corpo docente (eleito pelos pares).

(Ante-Projeto da ADUNICAMP):

6. Conselho Diretor:

6.1. cada Unidade deve representar-se no Conselho Diretor pelo seu Diretor e por um professor eleito pelos docentes. Desta forma, a abertura de concursos para Professores Titulares e a constituição de Congregações não se refletiriam numa representação diferenciada das Unidades no Conselho Diretor.

6.2. dado que existe uma justaposição de atribuições do Conselho Diretor e do Conselho Universitário (Artigos 45 e 52 dos Estatutos), cabendo ao segundo a homologação de boa parte dos atos do primeiro, não seria o caso de pensar-se na existência de apenas um dos dois órgãos?

CONSELHO DIRETOR/ CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Tese 8:

dado que são similares as atribuições do Conselho Diretor (Art. 52) e Conselho Universitário (Art. 45), pode-se pensar na existência de apenas um destes órgãos.

(Ver artigos 52 e 45 dos Estatutos).

TEMA 2: CARREIRA DOCENTE

A carreira docente implica em duas grandes linhas de definições: em primeiro lugar, o regime jurídico de trabalho; em segundo lugar, os direitos inerentes à carreira sob um regime jurídico.

As vantagens e desvantagens do regime estatutário (dentre as vantagens, destaca-se o direito à estabilidade) e do regime CLT exigem um trabalho profundo de análise dos docentes para que estes possam definir a sua opção.

No entanto, para efeito de se pensar a questão da institucionalização da UNICAMP, pode-se deixar momentaneamente de lado a necessidade de opção por um dos dois regimes, ou por um regime híbrido, ou pela manutenção dos dois. Há, porém, uma condição: a de que sejam assegurados imediatamente os direitos políticos da carreira docente, prevendo-se condições (condizentes com tais direitos) para a realização de concursos.

Desta forma, o Simpósio poderá manifestar-se sobre os direitos da carreira docente, deixando para outra oportunidade (a mais próxima possível) o pronunciamento sobre o regime jurídico desta carreira.

RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS DA CARREIRA DOCENTE E OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS, OU DE ACESSO A CARGOS ADMINISTRATIVOS

Tese 9:

vinculação dos Direitos políticos aos níveis da carreira docente.

OBSERVAÇÃO: Essa é a tese fundamental dos atuais Estatutos, que se encontram em pleno vigor apesar da reforma de maio de 82, a qual reduziu para o nível mínimo de doutor a exigência de titulação para os Diretores e Chefes de Departamentos. Essa tese pode ser resumida assim: (a) Diretores e Reitor = Professor Titular, (b) Chefe de Departamento = Professor Adjunto, (c) presença integral dos Professores Titulares em todos os Colegiados, como membros natos.

Tese 10:

os direitos políticos são desvinculados dos níveis da carreira docente.

OBSERVAÇÃO: Essa é a tese do Ante-Projeto da ADUNICAMP. Todos os docentes têm os mesmos direitos de eleger e ser eleitos para todos os cargos administrativos (Chefia de Departamento, Direção de Unidade, Reitoria) ou "legislativos" (Conselho Departamental e Congregação). Essa tese é compartilhada, no tocante à representação docente nas Congregações, pelas propostas 4.A (IQ), 4.B (IFCH) e 4.C (FEC), mas somente o Ante-Projeto da ADUNICAMP se aplica integralmente até o momento, isto é, para os Colegiados

Institucionalização e

TESES SOBRE O QUE QUEREMOS

O Conjunto das teses aqui apresentadas é resultado de um esforço de sistematização das proposições estudadas na UNICAMP nas várias reuniões de Departamentos realizadas nas últimas semanas, e que chegaram ao nosso conhecimento.

As teses foram dispostas de tal forma a possibilitar uma reflexão sobre as questões do Documento da Reitoria, assim como sobre as que foram levantadas e debatidas pelo número especial do JORNAL DA ADUNICAMP. Mas elas não se limitam a isso. Elas oferecem elementos de confronto de concepções alternativas acerca das duas questões centrais deste Simpósio: a estrutura política

Análise preliminar da

Quais as teses que obtiveram o consenso ou receberam a preferência mais acentuada dos docentes durante o Simpósio? Embora haja algumas dificuldades nos relatórios conjuntos dos grupos, é possível extrair deles um conjunto de definições sobre as teses. Cada docente poderá realizar um esforço similar, confrontando-os com a análise preliminar que é apresentada a seguir. E assim colabo-

remos todos para o desenvolvimento deste debate que se afigura tão necessário, sobretudo quando constatamos que vai configurando entre nós a expectativa da elaboração de um ANTE-PROJETO DE ESTATUTOS DA UNICAMP. Nosso esforço não seria mais o de remendar o que se encontra deficiente e ultrapassado nos atuais Estatutos, mas o de construir algo novo enraizado no

"legislativo-executivo" preocupado com a Congregação, e isto não pelas Teses.

TEMA I

Tese 3:

Em termos conceituais, as teses 1 e 2 opoem-se frontalmente, aparecendo a tese 3 como uma proposta que não se enquadra numa ou noutra. Tendo a tese 1 sido rejeitada por 5 dentre os 6 grupos que trabalharam durante o Simpósio, o debate das relações entre a estrutura global da Unicamp e as Unidades delimitou-se nas teses 2 e 3. Aqui ocorreu que as emendas apresentadas à tese 2 apontavam sugestões para a tese 3. Em razão disso a tese 3 aparece como proposta que concentra a preferência política dos grupos de trabalho. As emendas dizem respeito à formação concreta das Congregações, aceito o enunciado da tese 3. Desta forma, foi amplamente aprovada a idéia da constituição de uma estrutura nuclear básica para as Congregações, contida no Ante-projeto da Diretoria da ADUNICAMP. Algumas precisões são importantes. Primeira: as alternativas apresentadas para a eleição da representação docente, de forma igualitária, proporcional ou independente do nível de carreira (tomadas de empréstimo do Ante-projeto da Diretoria da ADUNICAMP, e das teses 4.A e 4.B, respectivamente), foram incorporadas à tese 3. Segundo: a partir da aceitação da representação discente com base em 1/5, trabalhou-se com a idéia de um peso percentual para os representantes docentes e dos funcionários. Um exemplo é fornecido pela proposta de que os membros docentes da Congregação devem perfazer 3/5 do total sendo os 2/5 restantes divididos igualmente entre estudantes e funcionários. Terceira, no tocante aos docentes investidos de mandatos (diretores, chefes de departamentos, coordenadores de graduação e pós-graduação), o seu direito a voto foi questionado, tendo sido tanto negado quanto reafirmado. Isto evidencia a existência de uma preocupação com a definição das Congregações como órgão "legislativo", ou "executivo", ou

Tese 7:

O exame conjunto apresentado às teses 7. De fato, a ir conjunto das Unidades uma reforma dos Estatutos prevista em uma simultânea. Assim, plicada com os Art. da ADUNICAMP) a e curso para 1/3 dos Unidades como Congregação. Obed reforma ao nível sup nível da exigência de a implantação das d forma simultânea ou

Tese 8:

Nenhuma tendência praticamente não de

TEMA

Tese 10:
A Tese 9 foi rejeitada aprovaram por cor apresentaram-se as culação entre direito recebeu apoio unã grupo (o grupo 3) ap no espírito de que Diretor no início do Diretor, Professor Ti

democracia na Unicamp

A UNICAMP COMO OBTÊ-LO

administrativa da UNICAMP e a carreira docente. Os participantes do Simpósio devem compreender que este esforço de sistematização é necessariamente limitado. A última palavra cabe à nossa categoria docente.

Importa saber o que queremos para a nossa Universidade, quais as questões que devem ser respondidas imediatamente, quais as que poderão ser analisadas a médio prazo, qual a melhor oportunidade para as reformas dos Estatutos. Enfim, que UNICAMP queremos e qual a estratégia para alcançá-la.

tendências do Simpósio

nossas experiências e na nossa vontade.

É mesmo provável que as teses consensuais desta primeira fase já configurem o núcleo deste

trabalho que se coloca agora a nossa frente. Por esta razão, chamamos a sua especial atenção para as seguintes teses: no tocante à estrutura político-administrativa, a 3 (estrutura nuclear básica das congrega-

ções) e 7 (reforma dos Estatutos precedendo a instalação das congregações); quanto à carreira docente, as teses 10 (direitos políticos desvinculados dos níveis da carreira docente), 14 (eliminação da Livre-Docência), 18 (realização de concursos sob diversas condições preliminares), 18 (inclusão dos professores instrutores na carreira docente) e 19 (promoção por mérito e progressão automática na carreira).

Du seja, destaca-se aqui a importância e as funções da Comissão, tendo sido ainda contemplado

comentários e emendas que levam ao consenso sobre a instalação das Congregações no sentido visto como precedida por atos, visando eliminar a situação de instabilidade não resolvida da instalação não resolvida-se à tese 7 (exemplos 6.1 e 6.2 do Anteprojeto de instalação da exigência de professores titulares de uma comissão de implantação de suas funções e sugestões (uma comissão da Universidade, outra ao lado dos professores titulares), as congregações poderá dar-se de forma indiferentemente.

de definir-se, pois os grupos de trabalho em tese 8.

A II

em todos os grupos, os quais se referem à Tese 10. Porém, destacamos as seguintes: a desvinculação política e os níveis da carreira docente dos grupos. Apenas um grupo de algum tipo de vinculação, foi aprovado pelo Conselho Superior no semestre passado: Ms-3 para o Reitor.

Teses 11 e 12:

Os grupos não chegaram a definir preferências por uma das teses (11 ou 12). Contudo, é necessário que uma futura definição resguarde um perfeito entrosamento conceitual com o que vier a ser aprovado na Tese 3.

Tese 14:

Dos 6 grupos que estudaram as Teses 13, 14, 15 e 16, 4 grupos aprovaram a Tese 14 com pequena emenda ou pequena ressalva. O 5º grupo não rejeitou a Tese 14, propugnando um debate global da carreira docente. O 6º grupo absteve-se.

Tese 17:

A Tese 17 foi aprovada, sem que os relatórios denotem um aprofundamento dos debates.

Os 3 grupos que estudaram a Tese 17 aprovaram-na por unanimidade.

Tese 19:

Aprovada como princípio. Resta definir mecanismos, critérios e prazos.

OUTRAS TESES:

Duas outras teses foram suscitadas nos grupos:

1 - criação de um Quadro Suplementar ao lado de um Quadro de Carreira (Grupo 3).

2 - carreira docente em 4 níveis, (inspirada no modelo de carreira docente em vigor nas Universidades Federais Autárquicas.).

A DIRETORIA DA ADUNICAMP

e cargos administrativos.

TITULAÇÃO FORMAL, NÍVEL SALARIAL e PARTICIPAÇÃO NAS CONGREGAÇÕES E COLEGIADOS

Em sua condição (titulação formal ou nível salarial) os docentes participariam dos Colegiados?

Tese 11:

conforme sua titulação formal, mantendo-se seu nível salarial e abrindo-se concursos para adequar a primeira ao segundo (Documento da Reitoria)

Tese 12:

conforme sua posição na carreira, o que equivale a dizer, conforme o nível salarial. É desnecessário, assim, abrir concurso apenas para adequar o resultado de um procedimento amplamente empregado na UNICAMP: a posição da carreira ser superior à titulação formal (essa é a prática atual da UNICAMP).

OBSERVAÇÃO: (a) se adotada a Tese 4.C para a composição de Congregações (doutores e não-doutores), dever-se-ia adotar então uma maior rigidez acerca da titulação formal, (b) se adotada a Tese 4.B (representação docente eleita por "chapa"), tais problemas não teriam importância, podendo ser desconsiderados.

LIVRE-DOCÊNCIA

Tese 13:

manter a situação atual, definida pelos Artigos 94 e 159 (compromisso da UNICAMP em instituir e manter a titulação de Livre-Docência).

Tese 14:

eliminar a Livre-Docência, simplificando automaticamente a carreira docente.

Tese 15:

modificar as condições de acesso à Livre-Docência (sugestão do Documento da Reitoria).

Tese 16:

manter a Livre-Docência em algumas áreas ou Unidades, eliminando-a de outras.

OBSERVAÇÃO: a Livre-Docência (Tese 13) é parte integrante da atual carreira docente das Universidades paulistas, a qual poderá eventualmente incorporar a Tese 15 mediante uma reforma parcial e pouco profunda. A Livre-Docência foi eliminada da carreira docente

das Universidades federais (Tese 14), onde se processou a uma importante simplificação da carreira; a saber: Professor Titular (por concurso), Adjunto (Doutor), Assistente (Mestre) e Auxiliar (Bacharel). Além disso, as Universidades Federais instituíram a promoção automática por tempo de serviço, no interior de cada nível (dividido em quatro faixas salariais).

CONCURSOS PÚBLICOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Tese 17:

mantida a legislação federal em vigor, concursos públicos de provas e títulos para ingresso na carreira docente se darão nos níveis inicial (Assistente) e final (Titular). Os concursos devem ser realizados de maneira a não ferir o direito ao trabalho dos docentes que trabalham na UNICAMP. Isso se fará mediante a abertura de verbas suplementares, alocadas específicas para as vagas a serem preenchidas por concursos (conforme exemplo da Faculdade de Filosofia da USP), e somente após a conclusão do processo de reformas dos atuais Estatutos.

OBSERVAÇÃO: examinar o seguinte exemplo: Abre-se concurso para Professor Assistente em uma Unidade, mediante dotação de verba suplementar correspondente aos salários de Assistente. Os aprovados portadores de títulos superiores ao de Mestre, ingressariam na carreira e imediatamente seriam promovidos para o nível correspondente aos seus títulos, liberando assim a verba do cargo de Assistente. No caso do aprovado ter o título de Mestre, seria aberta uma verba específica, de tal forma a manter inalterada a atual situação dos professores contratados sob o regime jurídico em vigor na UNICAMP.

Tese 18:

os professores instrutores devem fazer parte da carreira (nível inicial)

PROGRESSO NA CARREIRA

Tese 19:

além da promoção por mérito pode-se definir uma forma de progressão automática nos níveis salariais por tempo de serviço ou mediante exame periódico da produção acadêmica (ensino, pesquisa, etc.). Os mecanismos, critérios e prazos restam a definir.

Novas propostas

INSTITUTO DE QUÍMICA: COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO

Diretor, Diretor-Associado; Chefes de Departamentos Coordenador do Curso de Pós-Graduação Coordenador do Curso de Graduação

Representantes Docentes (20% do número de professores em cada referencial).

Representação discente (20% dos membros do Colegiado)

02 Representantes dos funcionários.

AMPLIAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOCENTE NO CONSELHO DIRETOR

(Em estudo pela representação docente).

- 1 representante por categoria docente
- 2 representantes para Institutos
- 2 representantes para Faculdades
- 1 representante para Faculdades sediadas fora de Campinas (a ser decidido)!

CONSTITUIÇÃO DA CONGREGAÇÃO

Departamento de Odontologia Restauradora

Diretor; Diretor Associado; Chefes de Departamentos; Dois Professores por Departamento, independentemente do nível, eleitos a cada 2 anos; Representação Estudantil (1/5); Dois Funcionários, eleitos a cada 2 anos; Um Representante dos Ex-Alunos.

CONSTITUIÇÃO DO DEPARTAMENTO

Chefe do Departamento; Um Titular, por área, eleito a cada 2 anos; Um Representante de qualquer categoria, por área, eleito a cada 2 anos; Representação Discente (2 eleito a cada dois anos).

CARREIRA DOCENTE

Na UNICAMP o nível salarial é superior à titulação formal, portanto, devem ser criadas condições de concurso para que se iguale o nível salarial à titulação formal.

Assim, não haveria necessidade de participação aos órgãos colegiados por nível salarial, somente por titulação o que estaria de acordo com a legislação federal e estadual.

A condição de concurso seria uma forma de garantir ou preservar os direitos funcionais valorizando-os independentemente das atividades administrativas, participação em órgãos colegiados ou outra função qualquer, que deve ser considerada meio e não fim como é a função do docente.

Não vemos necessidade de se criar duas categorias docentes (autárquico e celetista), uma vez estabelecido o concurso de ingresso aos níveis MS-2 e MS-6 e já estabelecido por legislação da Administração de Pessoal do Estado de São Paulo.

Após o concurso de Doutorado, deveria haver extinção dos concursos de Docência e Adjunto. Esses títulos, o que também corresponderia a um nível salarial, deveria ser substituído por julgamento dos trabalhos efetuados pelo docente, sem a formalidade de um concurso. Poderia ser julgado interinamente, por uma comissão de professores da própria unidade. Esses dois níveis seriam por "mérito" ao invés de por concurso.

NÍVEIS DA CARREIRA DOCENTE

AUXILIAR DE ENSINO - Contratado por tempo determinado, à critério de cada unidade, com duas atribuições: 1 - Fazer o Mes-

trado e 2 - Participar de algumas atividades do Departamento.

PROFESSOR ASSISTENTE - Concurso para ingresso na carreira do Magistério Superior, após obtenção do título de Mestre. Concurso público de provas e títulos.

PROFESSOR DOUTOR - Concurso de provas e títulos, após o término da pós-graduação ao nível de doutorado. (Este título poderá ser obtido por pessoas não integradas na carreira do Magistério Superior).

PROFESSOR ADJUNTO NÍVEL I - Substituindo o concurso de Livre Docência. Apenas deveria ser julgado as atividades do docente por uma comissão.

PROFESSOR ADJUNTO NÍVEL II - Substituindo o Concurso de Adjunto. Apenas deveria entrar em julgamento, as atividades do docentes, por uma comissão.

PROFESSOR TITULAR - Concurso para ingresso final, na carreira do Magistério Superior. Concurso público de provas e títulos.

Depto. de MATEMÁTICA APLICADA (IMECC)

1. As congregações deverão ser instaladas à medida que forem sendo formadas; dever-se-ia alterar os estatutos provisoriamente para que, os Institutos e Faculdades que não tenham congregação instalada, não sejam prejudicadas.

2. Congregação (membros natos) - Diretor- Eleição paritária - Chefes de Departamentos - Coordenadores de graduação - Coordenadores de Pós-Graduação - Eleição por Professores.

1/3 de Professores sem distinção de categoria; 1/3 de alunos; 1/3 de funcionários.

3. Departamentos regidos por Assembleia Geral;

4. Fusão das categorias MS-4 e MS-5 (eliminação da livre-docência);

5. Regime estatutário para professores;

6. As comissões nomeadas devem ter exclusivamente caráter de assessoria.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS:

1. que o Simpósio se pronuncie a respeito da conveniência de que os prazos do processo de institucionalização sejam estabelecidos num ritmo tal que assegurem uma discussão ampla, democrática e amadurecida de todas as questões relativas à institucionalização, inclusive a discussão do Estatuto dos Servidores da UNICAMP.

2. que o Simpósio proponha a não instalação de congregações enquanto não haja um pronunciamento final da comunidade a respeito da institucionalização.

3. que as discussões e propostas sejam encaminhadas a partir da adoção dos seguintes princípios:

a) **autonomia**, entendida não apenas no sentido da defesa da autonomia financeira e acadêmica da Universidade frente às ingerências externas, mas também no sentido da ampliação da autonomia das unidades nos planos da gestão financeira e político-administrativa, além da conservação e reforço da autonomia científico-pedagógica.

b) **democratização** dos órgãos e processos de decisão em todos os níveis.

c) **participação** de todos os corpos constitutivos da UNICAMP nos órgãos e processos de decisão.

d) **desvinculação** entre estrutura de poder e níveis da carreira docente.

4. que a Sessão Plenária do Simpósio e a votação das propostas e relatórios só se faça após divulgação dos resultados dos dois primeiros dias e discussão desses resultados (relatórios dos grupos de trabalho) nos departamentos e unidades.

As teses, discutidas pelos grupos

Estrutura político-administrativa da Unicamp (Tema I)

TESE 1: Foi recusada por 5 dos 6 grupos.

TESE 2

"os estatutos definem as grandes linhas dos objetivos e da estrutura da UNICAMP, cabendo às Unidades a constituição (com total liberdade) das Congregações e Conselhos de Departamentos, o que se expressaria em seus Regimentos Internos".

(dois grupos não discutiram, 2 grupos recusaram e 2 grupos aprovaram com emendas)

Emendas:

1. Eliminação do termo "com total liberdade"
2. onde se lê "o que se expressaria em seus Regimentos Internos", detalhar alguns princípios onde seriam ressaltados aspectos que deveriam ser vedados, ou pontos mínimos obrigatórios.

3. que se garanta que seus regimentos internos seja aprovado por uma Assembléia de todos os docentes e com representação de alunos e funcionários.

4. acrescentar: "... mantidos os seguintes princípios mínimos"

- a) máxima representação de alunos permitida por lei
- b) representação dos docentes sem discriminação de titulação ou categoria.
- c) representação de professores, alunos e funcionários com percentagens a serem determinadas.

TESE 3

"aos Estatutos cabe definir uma estrutura nuclear básica aplicável a todas as Congregações e Conselhos de Departamento, devendo as Unidades — a partir dessa estrutura mínima — organizar tais colegiados conforme as suas necessidades".

(aprovada por 5 grupos e rejeitada por 1 grupo)

Emendas:

1. A somatória dos representantes de docentes, estudantes e funcionários deve ser no mínimo igual a 2/3 do conjunto dos membros da Congregação. Se as Unidades decidirem pela representação de categorias docentes essas deverão ser igualitárias. Recomendar o Chefe de Departamento como cargo nato.
2. O conjunto dos membros docentes na Congregação deve perfazer 3/5, a de estudantes 1/5 e a de funcionários 1/5, sendo que os cargos de Chefes de Departamentos, coordenadores de Graduação e Pós-graduação, Diretor e Diretor Associado devem ter direito a voz e não a voto.

Decisão da plenária

A Diretoria da ADUNICAMP apresentou a seguinte proposta à consideração e deliberação da PLENÁRIA do Simpósio:

- 1 - que a Plenária não delibere sobre Teses;
- 2 - que a Plenária autorize a DIRETORIA e o CONSELHO DE REPRESENTANTES a propor a forma e o prazo de continuidade do Simpósio;

3 - que a continuidade do Simpósio implique necessariamente a discussão nos Departamentos e Unidades, dos resultados desta fase (dias 16 e 17 de setembro), a serem divulgados pela ADUNICAMP no menor prazo possível;

4 - que este Simpósio "Institucionalização e Democracia na UNICAMP" culmine, ao final deste

processo, com uma Plenária dos Docentes da UNICAMP;

5 - que a Diretoria dê continuidade, junto aos docentes, às Unidades e aos órgãos dirigentes da Universidade, à sua ação no sentido de impedir precipitações ou uma aceleração do processo de reforma de Estatutos, sem que os docentes se tenham claramente pronunciado.

Eu vi o Simpósio assim

Pela participação dos docentes de todas as unidades, pela transcendência do conteúdo, pode vir a representar o Simpósio sobre a Institucionalização e Democracia na Unicamp, um marco significativo e até decisivo na história da nossa Universidade.

A possibilidade de estar nossa comunidade universitária diante da oportunidade ímpar de refletir e analisar as normas e e regras que de-

finirão pontos como a estrutura política administrativa e a cadeia docente, exige a participação de todos. Para que haja a necessária representatividade na identificação do que a Universidade pensa e quer de si mesma, a contribuição dos alunos e funcionários parece-me indispensável, tornando-se necessária portanto, a busca de alternativas para que a ausência destes nas atuais discussões não ve-

nam representar uma falha irreparável.

O pouco tempo disponível nos dois dias do Simpósio exige que as discussões continuem para que as posições representem realmente os anseios de todos nós. Portanto é esperado de cada um, não só sua participação pessoal, mas também a contribuição para o envolvimento de outros colegas.

Ronan J. Vieira - F.C.M.

3. Proposta semelhante ao item 2 com a seguinte diferença: os cargos acima mencionados teriam direito a voto e voz.

4. a representação docente na Congregação deve ser proporcional e por categoria docente.

5. mudança da redação "... devendo as Unidades — a partir dessa estrutura mínima" — assegurada a representação docente, discente e a dos funcionários — organizar tais colegiados conforme as decisões de suas Assembléias, mantido o princípio da desvinculação entre o processo decisório e os níveis de carreira.

6. Incluir a representação de ex-alunos.

7. Todos os cargos da Congregação devem ser eletivos.

OUTRAS PROPOSTAS EM INÍCIO DE DECISÃO

1. Definir as funções da Congregação
2. Deixar ao Regimento da Unidade a responsabilidade de fixar a composição das Congregações.

INSTALAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES

TESE 5

"as Congregações instalam-se à medida em que as Unidades cumprem as disposições regimentais (Instalação não-simultânea)".

(rejeitada por 3 grupos, aprovada com emenda por 1 e 2 grupos não discutiram)

EMENDA: Indica-se uma reforma preliminar dos Estatutos, e quando da instalação da Congregação deve ser extinto o princípio de 1/3 de titulares na sua composição. Deve-se ainda respeitar a autonomia das Unidades quanto a oportunidade da instalação, bem como devem ser assegurados os direitos de representação no Conselho Diretor, p/as Unidades que ainda não tiveram suas Congregações instaladas por qualquer motivo.

TESE 6

"as Congregações instalam-se simultaneamente".

(2 grupos recusaram, 4 grupos não discutiram)

TESE 7

"Reforma preliminar dos Estatutos (proposta da ADUNICAMP)"

(consensual para 4 grupos, não discutidas por 2 grupos)

EMENDAS:

1. Reforma preliminar dos Estatutos e quando da sua instalação, extinguir o princípio de 1/3 de titulares na sua composição.
2. Respeitar a autonomia das Unidades quanto à oportunidade da instalação, bem como assegurar-se os direitos de representação no Conselho Diretor p/as Unidades que ainda não tiveram suas Congregações instaladas, por qualquer motivo.

TESE 8

"dado que são similares as atribuições do Conselho Diretor (art. 52) e Conselho Universitário (art. 45, pode-se pensar na existência de apenas um destes órgãos".

(recusada por 1 grupo, aprovada com emendas por 1 grupo, e não discutida por 4 grupos).

EMENDA: Verificar melhor a composição desses órgãos.

OUTRAS PROPOSTAS EM INÍCIO DE DISCUSSÃO

1. deveriam existir os dois conselhos (diretor e Universitário) com funções e competências distintos como por exemplo um órgão seria consultivo e outro deliberativo.
2. a participação de funcionários ainda não é consensual, havendo propostas que vão de 1/3 a 1/5, havendo ainda posições que não garantam o mínimo de participação para essa categoria.

Carreira Docente (Tema II)

I. DIREITOS POLÍTICOS - NÍVEL NA CARREIRA (teses 9 e 10)

O grupo 1 rejeitou por unanimidade a tese 9 e aprovou a tese 10 com a seguinte redação: "Os direitos políticos e o acesso a cargos administrativos e legislativos são desvinculados dos níveis de carreira docente".

O grupo 2/4/5 aprovou a tese 10.

O grupo 3 aprovou a necessidade de uma vinculação mínima, a saber: título de Doutor ou MS-3, experiência docente e administrativa e ser RDIDP para a ocupação de cargos administrativos. Adicionalmente, para o cargo de Reitor será obrigatório o grau de Prof. Titular.

O grupo 6/7 aprovou a tese 10 com a mesma redação do grupo 1.

O grupo 8/9/10 rejeitou a tese 9 e majoritariamente aprovou a tese 10, embora outras posições surtiram defendendo uma desvinculação parcial.

O grupo 11/12/13 aprovou majoritariamente a tese 10 como posição de princípio, acrescentando a necessidade de se fazer previamente uma revisão da estrutura de direitos, deveres e atribuições dos cargos administrativos e dos órgãos colegiados, partindo do funcionamento atual dos departamentos; também surgiu uma posição de que o candidato a cargo administração tenha um tempo mínimo e uma titulação mínima.

II. TITULAÇÃO FORMAL E PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS (Teses 11 e 12)

O grupo 1 aprovou o seguinte substitutivo das teses 11 e 12.

"Nos casos das unidades que não con-

tarem com Assembléia Geral paritária constituída, os colegiados deverão estar integrados por docente independente do nível de carreira e de titulação respeitando uma representatividade mínima de cada categoria docente e, observando a representação dos funcionários e estudantes conforme a Tese 3".

O grupo 3 aprovou (16 votos) a tese 12, com a seguinte redação: "conforme sua posição na carreira, o que equivale a dizer, conforme o nível salarial". (exclui o resto do texto).

O grupo 6/7/8/9 e 10 aprovaram a tese 12 como está.

O grupo 11/12/13 aprovou a tese do IFCH - tese 4.B (que elimina a discussão entre as teses 11 e 12), porém insiste em que o Simpósio aborde explicitamente o papel e atribuições dos órgãos colegiados.

III. LIVRE DOCÊNCIA: (Teses 13, 14, 15 e 16)

O grupo 1, por unanimidade, rejeitou as teses 13, 15 e 16 e aprovou a tese 14.

O grupo 2/4/5, também aprovou a tese 14, porém acrescentando: "... respeitados direitos já adquiridos".

O grupo 6/7 aprovou majoritariamente a tese 14, porém surgiu também a posição de mantê-la para aqueles que quiserem fazer o concurso de livre docente.

O grupo 8/9/10 considerou que o título de livre docente é um direito de qualquer docente, embora não deva ser requisito de carreira. Quanto à questão do cargo de livre-docente o grupo não deliberou, surgindo posições em favor de sua extinção e outras propondo examinar a questão dentro de uma discussão

mais ampla sobre a estrutura da carreira.

O grupo 11/12/13 acha que deve-se fazer uma ampla discussão sobre a carreira como um todo.

IV. CONCURSOS (Teses 17 e 18)

O grupo 1 aprovou o seguinte substitutivo para a tese 17: "A eventual abertura de concursos só deverá ocorrer após a conclusão do processo de reformas dos atuais trabalhos dos docentes que trabalham na UNICAMP". O grupo 1 aprovou por unanimidade a tese 18.

O grupo 6/7 aprovou a tese 17, com a única ressalva que os concursos se farão apenas no nível inicial. O grupo também aprovou a tese 18.

O grupo 2/3/5, aprovou a tese 18.

VI. PROGRESSO NA CARREIRA (Tese 19)

Os grupos 1/6 e 7 aprovaram a tese 19, sendo que o grupo 6, 7 propôs que os dois mecanismos (promoção por mérito e promoção por tempo de aerção) sejam concomitantes.

O grupo 2/4/5, considera que a ascensão aos diversos subníveis de carreira estabelecidos numa escala temporal, nos limites da qual a promoção se daria por avaliação (dentro de um sistema de critérios claramente estabelecidos de modo que os próprios departamentos unidades, dentro de sua autonomia, possam por em prática as promoções eliminando as comissões "monstruosas".)

VII. OUTROS

A) O grupo 3 propõe (10 votos), a criação de um Quadro de Carreira e de um Quadro Suplementar, este último para garantir a

situação atual dos docentes.

Já o grupo 2/4/5, discorda da idéia do Quadro Suplementar, achando que se deva adotar um modelo que garanta o atual docente da UNICAMP no seu nível, sem necessidade de prestar concurso de entrada no Quadro de Carreira, como manda a lei atual. Isto porque os docentes já ocupam legalmente os seus cargos de carreiras, uma vez que foram nomeados.

B) O grupo 2/4/5, propõe que a carreira docente tenha apenas 4 níveis: AUXILIAR (Início de carreira), ASSISTENTE - MESTRE, ADJUNTO - DOUTOR e TITULAR. Cada um desses níveis poderia ser dividido em subníveis paralelos. O mesmo grupo propõe que o modelo de carreira seja flexível, no sentido do ingresso e manutenção do docente em cada nível, e deve caminhar no sentido de proporcionar iguais direitos políticos e trabalhistas.

C) O grupo 3, reitera a proposta de abono salarial.

D) O grupo 6/7 propõe uma discussão específica da questão dos professores estrangeiros. O grupo 11/12/13 considera crucial a discussão de temas não abordados no Simpósio, tais como: estrutura de poder na UNICAMP (aparentes inclusive o poder da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL) bem como o papel e atribuições dos órgãos colegiados e dos cargos administrativos.

E) Praticamente todos os grupos são favoráveis a continuação do Simpósio dado o pouco tempo e o fato de que restam importantes assuntos ainda não discutidos.

...A abertura do Simpósio

Clodowaldo Pavan
Presid. SBPC e Fapesp

"Eu gostaria de agradecer a honra do convite (...) para expressar-me a respeito do que estamos tentando fazer da Institucionalização da Unicamp. (...) A Unicamp, está numa condição privilegiada. É a única universidade brasileira que poderá dar um exemplo para as demais universidades do Brasil. E a razão é relativamente simples: as coisas no mundo em geral ocorrem, e só ocorrem bem quando o meio esteja maduro. Acho que o ambiente atual brasileiro está maduro para uma grande reforma.

(...) A Unicamp está numa situação privilegiada, é ainda uma universidade pequena que está com uma reputação nacional e internacional invejável. Na situação presente, nós temos um Reitor - prof. Pinotti - que sem dúvida nenhuma é um indivíduo altamente qualificado, para levar a uma situação, aquela talvez que o Zeferino gostaria que fosse levada a Unicamp. Mas não adianta nada nós fazermos mudanças no papel ou nós colocarmos pessoas altamente qualificadas nos postos chave, se nós da comunidade não mudarmos o nosso sistema de agir. Estou achando que as universidades, a Unicamp inclusive, está numa espécie de apatia. Nós decidimos grandes coisas, mas infelizmente não foi decidido a coisa mais importante que é a organização para começar a funcionar de baixo para cima. (...) Está havendo muita apatia por parte dos professores, por parte de alunos em resolver os problemas brasileiros. Não adianta grandes reuniões como esta, se não surgirem como efeito a organização de pequenos grupos, e que a gente parta de baixo para cima para tentar a solução dos grandes problemas.

(...) Desculpem a franqueza do que estou dizendo, criticando não a vocês apenas, mas a mim mesmo, e estou fazendo uma lavagem de roupas dentro de casa (...) Acho que se nós ficarmos desanimados, e se cairmos na armadilha que está sendo armada para nós, não faremos nada, porque o pessoal lá de cima não faz nada por nós. Estamos abrindo um túmulo. Então a nossa coisa é partir de baixo para cima, não esperar muito do professor Pinotti - de quem eu espero bastante - eu tenho certeza absoluta que ele vai dar a esta universidade a orientação que nós gostaríamos que fosse dada (...).

(...) O país tem um potencial fantástico, mas o que nós precisamos é da colaboração de todos, que cada um de nós faça um pouquinho a mais do que deve ser feito. Se cada um de nós fizer um pouquinho a mais do que se deve fazer, nós podemos criar uma montanha que poderá ser considerada um milagre da Unicamp (...).

Martini
Coordenador do DCE

"(...) É necessário seguir o exemplo desta iniciativa da Adunicamp, da realização desse Simpósio, na medida em que esta discussão da institucionalização da Unicamp deve continuar por muito tempo. (...) Nós da diretoria do DCE entendemos que é

necessário colocar o problema da Institucionalização nos seus moldes mais claros e mais lípidos (...). Precisamos entender que a Institucionalização da Unicamp é uma questão essencialmente de poder e que isso leva a implicações políticas muito sérias.

Sabemos que devem existir as leis que regem um país, que regem uma universidade. No entanto, sabemos que as leis foram desrespeitadas nesse país desde 1964, e hoje nós temos uma colcha de retalhos ao invés de uma constituição.

(...) Nós devemos ocupar este espaço de discussão das leis que regerão a universidade. No entanto, nós devemos entender que a Institucionalização não vai reger só as carreiras dos nossos mestres, o ensino da nossa universidade, mas também vai reger a estrutura de poder da nossa universidade. E a comunidade universitária da UNICAMP aprendeu na sua luta, aprendeu na sua experiência, que quer participar desse poder, que quer influir nas decisões da universidade e que não vai se submeter a uma estrutura autoritária que vem tentando ser imposta ao nosso povo, à nossa comunidade universitária. Nós sabemos que a nossa universidade não é uma ilha, essa, mais que uma frase feita, mais do que um chavão, é uma grande verdade. Nós estamos nos aproximando do momento muito importante para o país, que serão as eleições de 15 de novembro. E isso é decisivo na própria discussão da Institucionalização (...).

Nós sabemos que o estatuto que vai reger a UNICAMP passará pela Assembléia Legislativa ou no mínimo passará pelo poder Executivo, e nós sabemos que no ano que vem, em 83 nós certamente com toda força que o povo paulista tem demonstrado, nós certamente teremos um governo de oposição. E teremos também em 83, condições muito mais favoráveis para avançar mais e mais na luta pela democratização da UNICAMP. Então o que a comunidade universitária carece neste momento é de uma proposta concreta de Institucionalização. Uma proposta que garanta a autonomia universitária e que não permita que nunca mais aconteça uma intervenção brutal e monstruosa como ocorreu no ano passado. (...)

Nós certamente continuaremos estas discussões. Os estudantes ainda não foram consultados com relação à Institucionalização, e nós pretendemos exigir a nossa participação nesse processo. E faremos isso em local maior, onde nós possamos nos reunir, e que nós possamos juntos com um governo de oposição, junto com todas as forças da sociedade, construir uma nova universidade nesse país, uma nova universidade para Campinas. Muito obrigado".

Carlos Martins
Vice-pres. Reg. - SP da Andes

"Eu queria agradecer inicialmente o convite de estar aqui, mais uma vez no convívio com a vivência da luta democrática dos professores da comunidade universitária. Vocês acabaram de realizar agora um gesto que para mim tem um significado simbólico muito grande pela lembrança que traz. E exatamente, ou quase exatamente um ano atrás, estávamos também presentes nesta universidade para trazer solidariedade das AD's e da Andes, a uma comunidade que estava atravessando o momento mais violento em termos de agressão ao processo lento, trabalhoso, profundo e cotidiano de conquista de um espaço democrático. Hoje nós estamos aqui, certamente numa situação diferente daquela. Uma situação que é evidentemente ligada àquela, pois são dois momentos

que se revelam nesta universidade com uma peculiaridade que talvez não se revele no conjunto das universidades do país. Momentos que certamente não estão desligados, não são coisas absolutamente distintas do movimento geral das universidades e do movimento docente em particular nos últimos anos. (...)

É necessário em alguma forma, em algum grau, consolidar formalmente este espaço (...). Muita coisa certamente mudou nesse último ano, mudou a Unicamp, mudou no país. Do ponto de vista da Andes, a Associação Nacional dos Docentes, nós conseguimos dar um passo qualitativo importante. (...) A Andes conseguiu ultrapassar um certo estágio estritamente sindical, estritamente reivindicativo, para respondermos o desafio que havia sido lançado pelo Ministério da Educação e Cultura. A Andes elaborou não certamente um modelo de universidade, mas uma proposta para a universidade. Alguma coisa que também não surgiu da cabeça mais ou menos iluminada de meia dúzia de colegas nossos ou do trabalho de gabinete, mas que foi um esforço de síntese, de recuperação de uma experiência histórica vivida pelo conjunto dos professores desse país, de lutas que certamente tem suas especificidades (...) mas que compõem uma mesma luta

Nesse sentido, temos a certeza de que esse esforço realizado pela Associação Nacional seja uma das referências que vocês, colegas da Unicamp, levem em consideração. (...) Certamente o professor Pavan tem uma grande dose de razão em fazer referência a um certo destaque da Unicamp do ponto de vista da produção científica e acadêmica. A nossa responsabilidade é no sentido de que o conjunto das universidades do país chegue a este ponto em que vocês se encontram, fruto de um trabalho próprio. É essa expectativa do princípio do padrão único de qualidade na universidade proposto pelo documento da Andes.

Em nenhum momento seria um padrão único pelo rebaixamento da qualidade (...). Uma questão que está ligada a essa é o próprio esforço de se obter uma carreira docente unificada a nível nacional. Essa carreira docente deve ser pensada como alguma coisa que não vai soterrar, ou ignorar as especificidades nas diferentes áreas. Mas deve haver referência unitária, vinculada à nossa força, à nossa capacidade de mobilização em relação às condições de trabalho, às condições de salários. (...) Há um ano atrás a nossa presença aqui era no sentido de prestar a nossa solidariedade, na luta contra o arbítrio. Hoje a nossa presença simboliza a perspectiva da Andes, que, como momento nacional, está atenta para aprender com vocês."

Clóvis Garcia
Presidente da Assuc

"Eu queria saudar os companheiros e todos os presentes, a Adunicamp pela iniciativa, e começar dizendo que, para nós funcionários, é difícil discutir a institucionalização, porque nós sempre estivemos à margem dela. As leis que regem a universidade, em geral só são aplicadas a nós quando vem contra nossos interesses. A Legislação que rege o contrato dos funcionários dentro desta universidade é a CLT. E a CLT é uma carta facista, porque baseada na carta trabalhista de Mussolini. E baseado nisso a universidade nos contrata. No ano passado, quando lutávamos por melhores condições de vida e de trabalho aqui dentro desta universidade, a Diretoria de nossa entidade foi colocada na rua, baseado nesta carta. E daí ficou patente a confusão, quando sequer

se sabia se nós éramos CLT ou se nós éramos funcionários públicos. Discutir-se a institucionalização desta universidade significa discutir também qual é o papel do trabalhador desta universidade. E é necessário discutir como é que ele vai participar das decisões.

Nós vivemos debaixo de uma ditadura. Temos que lutar contra ela e esta universidade tem que ser um exemplo, e os funcionários, junto com o resto da comunidade, tem que dar o exemplo. Tem que haver uma relação democrática, e ela implica na participação dos funcionários nas decisões. Nós não queremos paternalismo, nós sabemos o que é melhor para nós dentro desta universidade. Nós temos que discutir, como é que nós queremos que seja feita a democracia aqui dentro, como é que serão respeitadas as nossas entidades, pois foi com elas que nós conseguimos sobreviver o ano passado, quando fomos cassados.

(...) Discutir a institucionalização desta Universidade significa discutir os mínimos problemas dos funcionários, a sua participação no dia a dia e sua presença nas pesquisas, sua presença na sala de aula, sua participação nos projetos, sua participação nos "papéis", nos escritos que são feitos no dia a dia. Tenho uma proposta a fazer: um Congresso dos funcionários onde nós vamos apresentar uma proposta de Estatuto, (...) de como é que gostaríamos que fosse a democracia dentro dessa universidade, mantendo as nossas entidades sindicais, mantendo a nossa participação nos órgãos dessa universidade.

É importante o passo que foi dado agora, mas é preciso continuar resistindo dentro dessa universidade, é preciso continuar resistindo dentro desse país. A situação nossa não acaba nas eleições, a situação continua, temos que continuar lutando por melhores salários, (...) Haverá uma série de lutas no ano que vem, tenho certeza que novamente receberemos um baixo reajuste, que novamente teremos que ir à luta e nossa hora é que nós queremos ver o que significa a institucionalização da universidade. Tem que significar também o respeito à nossa luta para poder sobreviver, para poder construir uma democracia, não só aqui dentro da universidade; uma democracia neste país inteiro (...).

O texto completo das palestras do prof. Hélio Waldman e do advogado Carlos Simões estará à disposição de todas as universidades na sede da Adunicamp. Infelizmente não houve tempo de transcrever as palestras e submetê-los à revisão dos autores, dado a urgência da publicação deste número.

Quadros e Concursos

As alternativas e as garantias dos professores

Irineu Ribeiro dos Santos

De todas as questões suscitadas pela eclosão do processo de institucionalização uma tem se destacado de modo notável, convertendo-se em séria e justificada preocupação para os docentes em exercício na Unicamp: a questão do concurso. Isto porque sua realização sem se levar em conta aspectos cruciais da história da implantação da nossa Universidade e as vicissitudes por que passou e passa o ensino superior no Brasil, pode causar prejuízos irreparáveis àqueles que, durante anos trabalharam dedicada e eficientemente para convertê-la numa instituição quase modelar. Professores que trabalham na Unicamp desde sua fundação, sem nunca prestarem concursos de ingresso não porque a eles se opusessem por princípios ou comodismo, mas simplesmente porque nunca foram realizados, podem, se cumprido estritamente o modelo "entra um, sai um", ter seus contratos reiniciados e suas carreiras subitamente interrompidas.

Diante dessa perspectiva inquietante, a comunidade acadêmica reunida no Simpósio discutiu várias propostas, buscando encontrar uma fórmula que, sem se contrapor diretamente ao princípio do concurso, resguarde os direitos adquiridos dos docentes.

As diversas teses apresentadas acabaram por se cristalizar em torno de duas proposições fundamentais, que devem ser completadas e aperfeiçoadas em sucessivas discussões.

Na primeira delas, se propõe garantir a situação dos atuais docentes com sua imediata efetivação nos cargos que ocupam, através de uma portaria interna ou ato de executivo estadual. Para o preenchimento de novos cargos, criados a partir da dotação de verbas suplementares, seriam realizados concursos públicos.

Na segunda, se propõe a institucionalização de dois quadros:

1. Quadro de pessoal efetivo formado por professores que nele ingressariam por concurso público de títulos e provas, de acordo com a legislação federal e estadual vigente e o disposto nos estatutos da Universidade; estes professores se tornariam estáveis depois de dois anos de efetivo exercício.

2. Quadro suplementar formado pelos professores atualmente contratados que exercem funções e atividades docentes e de pesquisa, sem serem efetivos e estáveis. Este quadro pode ainda ser caracterizado como quadro em extinção, uma vez que:

a) não poderá ser ampliado;
b) as vagas que nele ocorrerem por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte, etc.) não serão preenchidas. As verbas correspondentes a essas vagas seriam utilizadas na contratação, mediante a realização de concursos públicos, de professores que, desde logo, se integrariam no quadro de pessoal efetivo;

c) os professores integrantes do quadro suplementar, segundo seu arbítrio, prestariam ou não concurso; se prestarem e sendo classificados, seriam transferidos para o quadro de pessoal efetivo, caso contrário, continuariam na situação anterior, isto é, no quadro suplementar, onde teriam garantidos seus cargos, uma vez que tal quadro implica a existência de recursos orçamentários permanentes.

Dessa forma, o quadro suplementar se extinguiria gradativamente, enquanto que, concomitantemente, se iria formando e completando o quadro de pessoal efetivo.

Através da constituição desses dois quadros, sem que fossem contrariadas as disposições legais da instituição do concurso de ingresso, se garantiria os direitos adquiridos dos professores atualmente contratados, ao mesmo tempo em que se lhes propor-

cionaria a tranquilidade mínima necessária para o desempenho de suas funções docentes e de pesquisa. Além do mais, esta solução, poderia ser adotada imediatamente, antes mesmo da aprovação dos novos estatutos.

Cada uma dessas propostas tem aspectos positivos e negativos e demandam maiores reflexões sobre as possibilidades de sua viabilização. Têm, ademais, distintas implicações éticas, políticas e administrativas que devem ser corretas e cuidadosamente avaliadas e analisadas; a esta tarefa deve entregar-se a comunidade como um todo. Todavia, queremos apenas ressaltar que a adoção da primeira solução, ou seja, a efetivação imediata dos docentes em exercício sem a realização de concursos, tem como consequência direta a entrada em vigência plena dos atuais estatutos. Isto significa, entre outras coisas, que as Congregações poderiam ser imediatamente constituídas, com a composição prescritas nesses Estatutos, garantindo um amplo predomínio institucional dos MS-6, o que poderia nos levar bem longe da democratização que todos buscamos.

★Irineu Ribeiro dos Santos é professor do IFCH

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

Decidimos abrir esta seção para que os docentes da UNICAMP possam participar do debate, que se desenvolve há tempos e que ganhou novo impulso recentemente. Bem-vindas as contribuições sobre Democracia e Universidade no Brasil. As contribuições serão bem-vindas. Solicitamos apenas que se limitem a 60 linhas datilografadas. Em espaço 3 (três) e 70 (setenta) toques.

UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA

DEMOCRACIA E COMPETÊNCIA: OUTROS EQUÍVOCOS (I)

Geraldo Giovanni

Embora os argumentos apresentados contra a tese 10 (direitos políticos desvinculados dos níveis da carreira) não tenham empolgado grande parte dos professores presentes aos grupos de trabalho do Simpósio, são necessárias algumas considerações sobre elas. E isto deve ser feito porque, imediatamente após aquela reunião, ganharam o status de questão pública, guindados que foram a esta condição pelo artigo do prof. Rogério Cerqueira Leite, na edição de 19.09.82 da folha de São Paulo, em texto que considero "exemplar".

O traço fundamental das asserções ideológicas é minimizar a história ou dela fazer tábula rasa. E estes dois pecados comete o prof. Cerqueira Leite. Em primeiro lugar, minimiza a magnitude de episódios cruciais na vida universitária brasileira. Eventos como a Lei Suplicy de Lacerda, a crise da Universidade de Brasília em 1966, as cassações de aposentadorias na USP em 1969, o 477, a triagem ideológica, a invasão da PUCSP, sequer são citados. Implicitamente estariam (? enrustidos na rubrica "alguns retrocessos durante as duas últimas décadas". Esquece-se o professor que mais do que ligeiros acidentes de percurso no sentido de uma hipotética democratização, estes fatos foram momentos de uma "blitz" obscurantista que procurou trucidar o pensamento crítico, ou qualquer forma de pensamento assim qualificada pelos donos do poder e submeter a universidade ao mesmo tipo de controle autoritário vigente na sociedade inclusiva. Tais fatos e episódios são substanciais à Universidade Brasileira de hoje. E, ainda hoje efetivos, como demonstra de forma evidente a crise por que passou a UNICAMP. Em outras palavras, a Universidade Brasileira tem sua história e cada universidade dentro do Brasil é um momento específico desta história.

Ao desconhecê-la, o professor comete seu segundo pecado: pensar a Universidade como uma entidade abstrata, cuja essência "não é a democracia" (sic), mas sim a qualidade. Caberia perguntar: qual o princípio lógico ou sociológico que opõe democracia e qualidade? Não consta nos anais da história da universidade brasileira que qualquer força democratizante tenha proposto, em qualquer momento, uma universidade democrática, porém, incompetente, face aos seus objetivos, embora o contrário tenha se constituído em projeto político do regime autoritário. Mas o

papel da ideologia é criar falsas oposições... mesmo quando todos sabem que a Universidade Democrática é mais apta para localizar as incompetências, onde quer que existam.

Em outra passagem deparamos com uma tentativa de criação de um conceito de democracia "ad hoc". "O conceito de democracia foi elaborado para nações e comunidades amplas", e sua aplicação requer cuidados redobrados no caso de "instituições de alto nível de especificidade". Tal argumento, como não poderia deixar de ser, adentra o campo da noção de "democracia relativa", instrumento ficcional criado - todos sabemos - por quem, para quem, e principalmente, por quem. O espaço da ideologia pressupõe péssimas companhias...

O movimento da ideologia descontextualiza idéias e acontecimentos. Coerentemente, o prof. Cerqueira Leite, fala de hipotéticas situações onde reivindicações feitas em nome da democratização "colidem com a busca de qualidade". A tática da ideologia é disseminar temores. O prof. Cerqueira Leite diz que "podemos mesmo notar a irritação que a palavra "qualidade" provoca em certos ambientes".

Nunca vi ou ouvi na minha intensa convivência com professores de todas as categorias qualquer uivo ou reação alérgica à palavra qualidade. Parece-me que o ambiente a que o professor se refere é ilusório. Como de resto, todo o ambiente da ideologia...

Mas o que há de mais surpreendente no texto do prof. Rogério, é o seu conceito de aprendiz, que se enconde na digressão que faz a respeito da possibilidade (remota, queremos crer) de estarem os democratas pugnando pela vitalidade desta categoria (aprendiz) indefinida da Universidade. Quem será tão misteriosa figura? Será um pássaro? Um avião? Ou um inexperiente MS-2 e Pouco? A ideologia não só qualifica os aprendizes, como institui os feiticeiros. E os feiticeiros, a partir de sua subjetividade ou do consenso entre subjetividades qualificam as instâncias do mundo mágico, onde sob a aparência de qualidade, reina uma essência que é a eficácia apenas ritual.

Que a qualidade faz parte da essência da universidade, jamais alguém negou. Que a competência e a capacidade de gerar conhecimentos são objetivos primordiais da Universidade, ninguém é louco de constatar. Mas, em nome destes

FOLHA DE S. PAULO
Tendências / Debates
Domingo, 19 de setembro de 1982
O artigo publicado com assinatura dos autores não traduz necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Alguns equívocos sobre democracia e Universidade

ROGÉRIO C. CERQUEIRA LEITE

O processo de liberalização da Universidade acelerou-se durante a década de 80, tanto nos EUA como no Brasil. E verdade que no Brasil retrocessos durante as duas últimas décadas. Com a abertura um dos ganhos liberais vem ocorrendo, embora equivocados concêntricos.

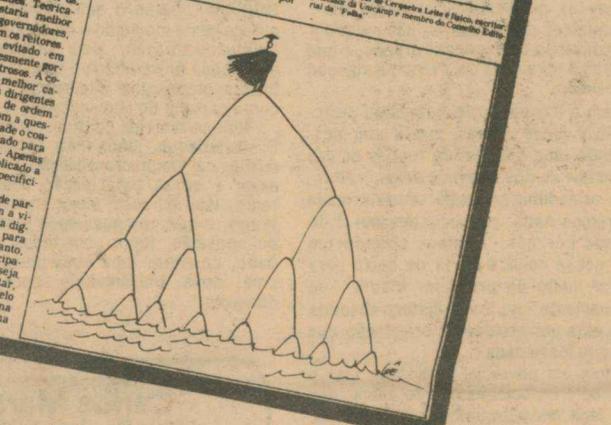
O argumento mais frequentemente usado em favor de uma analogia entre a sociedade e a escola. Aparentemente a democracia é de que a democratização do processo de desvirtuamos para a Nação. Entretanto, há diferenças essenciais entre estas duas entidades. O povo, estudantes, se propõe que professores e diretores. Todavia, o parâmetro de seu trabalho ou parâmetro de outra, sustentada pelo trabalho de uma comunidade muito mais ampla que aquela do interior da Universidade. O objetivo democrático é que a sociedade não apenas os estudantes e professores e alunos egressos os diretores e indiretores. Mas a comunidade democrática é mais ampla e mais abrangente. Ela depende de todos aqueles que se beneficiam diretamente ou indiretamente, participando da vida social. Em realidade em uma democracia representativa ideal deveriam ser representados todos os segmentos da sociedade. Teoricamente a democracia estaria melhor ou o legislativo, indicassem os retornos.

Este procedimento é errado em mundos acadêmicos simplesmente porque a sociedade acadêmica está melhor situada para escolher seus dirigentes e pouco tem a ver com a qualidade da democracia. Em realidade o consenso da comunidade foi elaborado para com muito cuidado para ser aplicado a instituições de alto nível de especificidade como a Universidade.

Por outro lado, um certo grau de participação nas decisões que governam a universidade é essencial para a vida acadêmica e também para o sucesso da instituição. Há, portanto, uma comunidade acadêmica que participa em uma análise cuidadosa, o modelo democrático que é desejável para a sociedade, mesmo sob o impulso de uma motivação puramente ideológica.

Não resta dúvida que qualquer que seja a estrutura de participação a ser adotada ela deve ser tal que preserve a essência da Universidade. Quais são as grandes Universidades do mundo? Sorbonne, Oxford, Harvard, Berlin, Berkeley? São elas democráticas? Nenhuma delas importa. Então a essência da Universidade não é a democracia. Talvez seja a geração de uma Universidade se fez imperceptível. Talvez seja a cultura. Talvez seja a prática social devida à comunidade que a sustenta e a mantém. Nenhuma outra instituição é capaz de elevar. Essas atribuições são características de quem decidiu estudar e quem uma Universidade produz "qualidade". Há portanto alguma legitimidade em admitir que a essência da Universidade não está muito distante daquilo que designamos, talvez imprecisamente, por qualidade.

Algumas das reivindicações que se fazem muito frequentemente em nome da democracia colidem com a busca da qualidade. No passado todas não colidiam na cátedra vitalícia. Hoje, em nome da democracia, se busca a vitalidade do aprendiz, mesmo quando se reconhece que pelo menos noventa por



Rogério Cerqueira Leite é físico, professor de Física na UNICAMP e membro do Conselho Superior da Universidade.

imperativos legítimos que a sociedade coloca à Universidade, proceder à exclusão ou limitar a participação, nas decisões universitárias daqueles que são responsáveis por quase todas suas funções vitais, é o mesmo que dizer, parafraseando o mais eficiente profissional, e, ao mesmo tempo, um dos mais ineficientes políticos que este país já criou: os professores não estão preparados para a de-

mocracia. A ideologia não brinca em serviço...

*GERALDO GIOVANNI É Professor MS-2 do IFCH e Representante Suplente dos MS-2 e MS-3 no Cons. Diretor.

A PARTIR DO SIMPÓSIO: NOVA FASE, NOVAS QUESTÕES

Eliezer Rizzo de Oliveira

O Simpósio que acabamos de realizar tem duas características que os docentes devem anotar e debater, pois sem isso não poderemos fazer uma avaliação política daquilo que fizemos até aqui e das tarefas que se colocam agora como necessárias e urgentes.

Em primeiro lugar, o Simpósio teve uma expressão política maior e mais profunda do que podíamos imaginar. As razões são simples: ele correspondeu a uma necessidade premente dos docentes de estudar questões diretamente ligadas ao passado, ao presente e sobretudo ao futuro de nossa vida da UNICAMP. No ano passado, antes da intervenção governamental na UNICAMP e durante a resistência de nossa comunidade a este golpe brutal, havia uma tese amplamente generalizada entre nós: a de que a UNICAMP não podia perder a oportunidade histórica de incorporar em seus Estatutos a ampla diversidade da nossa experiência universitária. Hoje, é necessário retomar esta idéia. É necessário igualmente reconhecer que ela é compartilhada por muitos de nós, chegando talvez

a nos surpreender que a sua defesa tenha sido feito publicamente tanto pelo Procurador Geral (que participou da palestra do nosso advogado sobre a carreira docente no primeiro dia do Simpósio) quando pelo próprio Reitor.

Essa idéia, assim safo fortalecida do Simpósio. Do mesmo modo que retomou uma idéia já antiga, dando-lhe novo vigor, o Simpósio apresentou questões novas que ultrapassam as propostas da Reitoria quanto das Teses preparadas pela ADUNICAMP. Há pelo menos dois exemplos disso: a preocupação com uma clara definição das atribuições das Congregações, cuja instância poderia prescindir da atual exigência de concurso para 1/3 dos professores titulares. Por extensão, caberia definir as atribuições de todos os órgãos colegiados, indo do nível do Departamento ao Conselho Diretor ou Conselho Universitário. O segundo exemplo é dado pela preocupação com a estrutura administrativa global da UNICAMP, seu funcionamento atual, suas funções, seu peso e seu poder na vida da instituição. Ainda que

deixando momentaneamente de lado um debate sobre a natureza e papel social da nossa Universidade (como havia sido advertido no início do Simpósio), os docentes mantiveram-se preocupados com este tema, reconhecendo que o debate sobre as formas da nossa vida universitária não pode desvincular-se das definições sobre a sua natureza.

Esse aprofundamento da análise foi atingido no tocante a outros temas, em especial a carreira docente. Isso constituiu um exemplo do que poderemos realizar se nos dispusermos a dar nosso empenho, nossa inteligência e nossa vontade ao esforço coletivo de ampliação do espaço democrático na UNICAMP.

Em segundo lugar, a própria realização do Simpósio representou uma prática profundamente democrática, a qual vale certamente mais para a experiência pessoal e política de cada um de nós do que muitos discursos ou artigos. O número de docentes envolvidos nos trabalhos do Simpósio, o reconhecimento das teses preliminares como sugestão de caráter pedagógico e não como "manobra diversionis-

ta", as declarações e os compromissos públicos assumidos pelo Reitor no sentido de continuar participando do debate que é coordenado pela ADUNICAMP, tudo isso representa um ganho substancial na nossa experiência democrática na UNICAMP.

Em suma, o Simpósio superou-se até mesmo quando decidiu continuar, através de uma programação a ser desenvolvida a partir de agora. Como resultado imediato, ao lado do crescimento da Legitimidade da ADUNICAMP junto aos seus associados, temos agora a tarefa maior de pensar num ANTE-PROJETO DE ESTATUTOS PARA A UNICAMP, sem prejuízo das reformas mais imediatas e mais limitadas que não colidam com as grandes linhas que se definiram neste Simpósio.

• Eliezer Rizzo de Oliveira é presidente da Adunicamp.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

Associe-se à Adunicamp